



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA



BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELEM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 80

6, MAIO, 1981

CEDI
Du. 09.07.86
 ka dex
 Indexação

OS WAIÁPI E SEU TERRITÓRIO

Dominique Gallois (*)

RESUMO: Informações históricas e etnográficas sobre os índios Waiápi, abordando sucessivamente os seguintes temas: 1) localização e população Waiápi; 2) histórico do grupo indígena e habitat tradicional; 3) a divisão em grupos locais autônomos e sua relação com a ocupação do território; 4) quadro das atividades econômicas dos Waiápi; 5) descrição das principais ameaças à integridade do território tribal, destacando-se a estrada Perimetral Norte e a invasão de garimpos. Em conclusão, são enumeradas diretrizes fundamentais para a proteção desta área indígena. Em apêndice, encontra-se um histórico das propostas de reserva elaboradas para a área Waiápi.

O presente trabalho fornece informações básicas sobre a situação atual dos índios Waiápi do Brasil⁽¹⁾, grupo indígena de língua Tupi, sobre o qual carecem informações específicas⁽²⁾. Neste artigo, focalizam-se aspectos históricos e econômicos ligados ao uso da terra e ao sistema de adaptação ao meio desenvolvido pelos Waiápi. Numa versão preliminar, estas informações serviram a elaboração de um

(*) — Aluna do programa de pós-graduação em Antropologia Social da USP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (1976-1979) e da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1980).

(1) — A transcrição Waiápi corresponde a pronúncia indígena; a grafia corrente nas fontes antigas é *Oyampi*, enquanto a FUNAI utiliza a grafia *Uiapii*.

(2) — Os trabalhos publicados até agora se referem aos Waiápi da Guiana Francesa: Arnaud (1971), Hurault (1972) e Grenand (1972, 1975, 1979).

relatório entregue a FUNAI⁽³⁾ visando a demarcação da área indígena.

REFERÊNCIAS GERAIS SOBRE A ÁREA INDÍGENA WAIÁPI

Os Waiápi ocupam tradicionalmente uma vasta área situada nos confins do Brasil e das Guianas onde vivem até hoje em assentamentos dispersos. Parte importante do grupo, com 350 indivíduos repartidos em 5 aldeias, ocupa a margem esquerda do rio Oiapoque na Guiana Francesa. No Brasil o território tribal é limitado pelas bacias dos rios Araguari e Jari, no Território Federal do Amapá (Municípios de Mazagão e Macapá) e norte do Estado do Pará (Município de Almeirim) (Fig. 1). Os Waiápi do Brasil contam com uma população de 233 indivíduos⁽⁴⁾ repartidos em três zonas identificadas como: área do alto rio Jari, área do rio Nipuku e área do ig. Onça e Aroã⁽⁵⁾. Nas duas últimas áreas, os índios se dividem em vários núcleos que correspondem a unidades locais tradicionais. A cada uma destas três áreas de ocupação correspondem também formas de assistência específica (cf. quadro).

A região habitada pelo grupo indígena apresenta-se como uma zona de floresta tropical densa, com ocorrência de pequenos campos naturais nas margens do alto rio Jari. Além deste rio, predominam pequenos cursos d'água, praticamente todos encachoeirados. A região é extremamente acidentada, situando-se nos contrafortes da serra de Tumucumaque.

- (3) — Um grupo de trabalho da FUNAI procedeu aos trabalhos de eleição da área indígena Waiápi em março e abril de 1980; o relatório decorrente foi entregue a esta Fundação 17/06/1980.
- (4) — Recenseamento nominal de março de 1980.
- (5) — Os Waiápi do Nipuku e do Onça-Aroã ou seja, os grupos meridionais da tribo, são designados pelos demais índios da região como *Waiápi-puku*. Esta denominação, entretanto, não corresponde à autodenominação do grupo em questão, mas reflete uma evolução histórica e relações intertribais particulares que os diferenciam dos Waiápi setentrionais, ou seja, os habitantes do alto rio Jari, do Cuc e do Oiapoque.

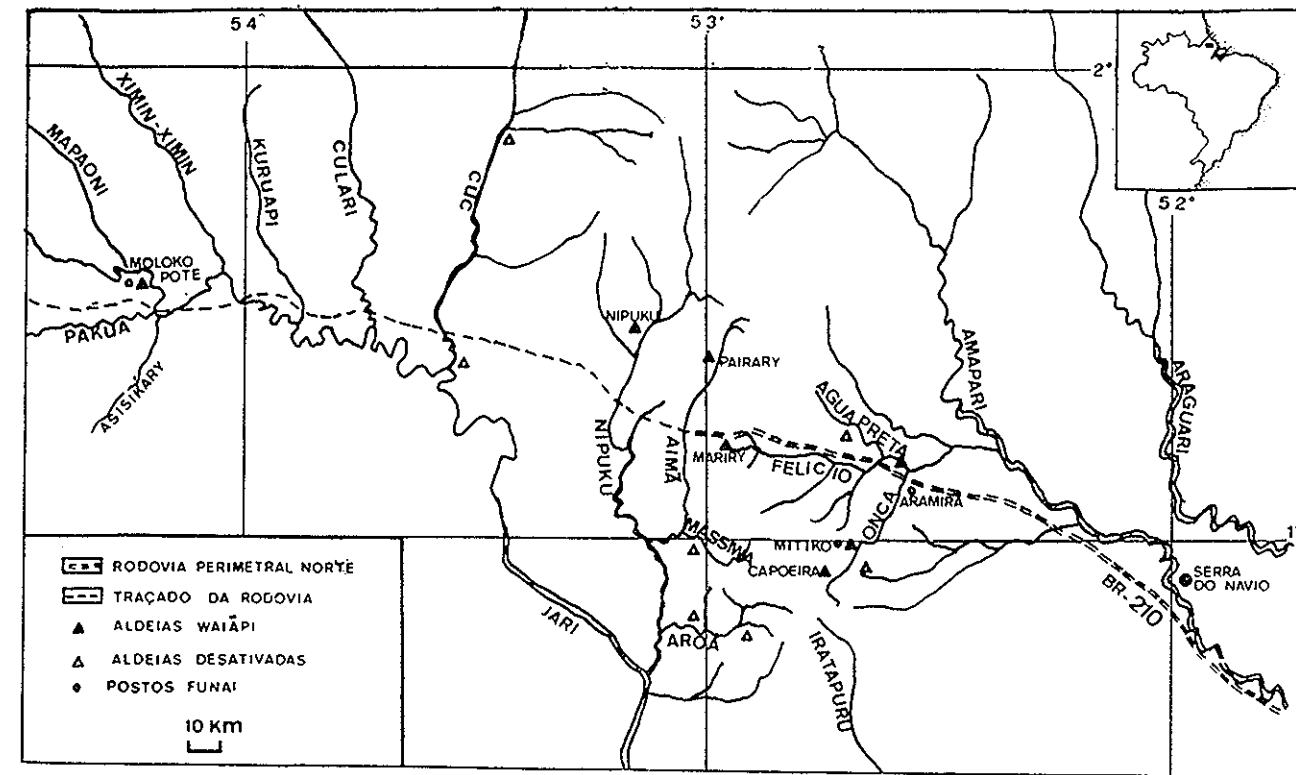


Fig. 1 — Território ocupado pelos índios Waiãpi no Brasil.

Em toda a região vigora um clima superúmido equatorial, com um período de chuvas de janeiro a julho (inverno) e de seca de agosto a dezembro (verão).

A cidade mais próxima dos assentamentos indígenas é Serra do Navio, base operacional da ICOMI, que conta com aproximadamente 5.000 habitantes. Toda a área indígena é cortada pelo traçado da Rodovia Perimetral Norte — BR 210 —. Os trabalhos na estrada foram paralisados no final de 1976; no entanto, o trecho construído, procedente de Macapá, atravessa a área Waiápi por 30 km. Este eixo facilita a invasão nas terras dos índios, especialmente por parte de garimpeiros, ao mesmo tempo que constitui uma pressão crescente sobre a área, devido à colonização acelerada de suas

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO WAIÁPI NO BRASIL

Área ocupada e utilizada pelos grupos locais	População	Assistência
<p>1. área do alto rio Jari: Baixo Mapaoni; afluentes da margem direita do Jari (Pakua e Asisikary); rio Cuc e seus afluentes do curso médio de onde provêm o grupo (1970).</p>	<p>total de 23 indiv. em 1 aldeia: Molo-kopote.</p>	<p>antiga base da FAB subposto da FUNAI pista de pouso</p>
<p>2. área do rio Nipuku: Rios Nipuku e Aimã e seus formadores; cabeceiras do rio Felício, até o ig. Água Preta (Kumakary).</p>	<p>total de 74 indiv. em três aldeias: Nipuku, Pairary e Mariry.</p>	<p>(subposto da FUNAI a ser criado) (pista de pouso em construção)</p>
<p>3. área do Onça-Aroã: Igarapés Araçá, Onça e Riozinho, afluentes do rio Felício; rio Aroã (Karapanaty) e afluentes, de onde provêm o grupo atualmente insulado em Mitiko (1975).</p>	<p>total de 135 indiv. em três assentamentos: Capoeira (Pirimayty), Caititu e Mitiko. Alguns índios ocupam a sede de Aramirã.</p>	<p>P. I. Amapari no médio ig. Onça pista de pouso Posto de fiscalização em Aramirã, na BR-210</p>

margens. A estrada Perimetral Norte representa, pois, uma ameaça direta à integridade territorial, social e física do grupo indígena.

HISTÓRICO DO GRUPO E HABITAT TRADICIONAL

HISTÓRIA ANTIGA

Os Waiãpi provêm da região do baixo rio Xingu, onde eram mencionados com os índios Juruna durante o século XVII e migraram para a margem oposta do Amazonas no final desse período. Passaram, pois, a ocupar durante o século XVIII a área situada entre os rios Jari, Araguari e Oiapoque, que constituem desde então seu habitat tradicional.

Em 1730 uma facção da tribo já era mencionada na margem direita do Oiapoque, onde chegara pelo caminho do Jari e Araguari. Na segunda metade do século XVIII já penetravam no atual território da Guiana Francesa pelo caminho do rio Camopi. Nesse período também ocupavam vários pontos ao longo do rio Jari, desde seu curso médio até a confluência com o rio Cuc, numa região então habitada por outros grupos tribais (Upurui, Aramakoto, Aparáí, Amikuane). Contra os quais os Waiãpi travaram uma série de guerras. Os documentos da época mencionam uma aliança entre os Waiãpi e Portugueses, dos quais os índios obtiveram armas de fogo que teriam facilitado sua expansão ao norte (Tony, 1843); a realidade desta aliança permanece de difícil verificação. O mais provável é que os Waiãpi, também designados nas fontes da época como "Índios Portugueses", teriam sido confundidos com índios de língua geral que participavam das expedições de "descimento" e aprisionamento de indígenas, que incursionavam na época no litoral do Amapá e no curso baixo dos afluentes do baixo Amazonas (Froidevaux, 1894).

A maior expansão territorial dos Waiãpi ocorreu durante o século XIX quando, divididos em facções territoriais independentes, passaram a ocupar de modo permanente as se-

guintes bacias fluviais: os rios Oiapoque e Camopi, as cabeceiras do Araguari e Amapari, a região das cachoeiras do Jari, assim como os afluentes da margem direita Mucuru e Nipuku, enfim o rio Cuc, com incursões nos rios Culari e Kuruapi. A instalação progressiva dos Waiápi nestas áreas é documentada pelas fontes do século passado⁽⁶⁾, que fornecem também valiosas informações sobre os contatos intra e intertribais.

Durante esse período os Waiápi eram também conhecidos como *Tamokomes*, *Parixi Aiapi*; integraram remanescentes dos grupos primitivos habitantes da área, hoje extintos, como os Kaikusiana, Piriú, Aracaju e Kusari. Em 1824, foram estimados — somente na região do Oiapoque — em 6.000 indivíduos (Brué, 1825); na zona do rio Jari e de seus afluentes pode-se estimar para o mesmo período uma população de 600 a 1.000 indivíduos (estimativa a partir de Bauve, 1835 e Devilly, 1850).

Para os Waiápi meridionais foi na região do Jari que se deram a partir de 1830, contatos mais freqüentes com balaiteiros e seringueiros que alastravam doenças e provocariam um brusco abalo demográfico, assim como o abandono das imediações do rio grande (Brusque, 1863); as experiências do contato determinaram um recuo para regiões mais isoladas, nas cabeceiras dos afluentes do Jari, do Cuc e do Nipuku. De quando em vez são mencionadas incursões dos Waiápi em povoados do Amapá e até em Macapá (Vasconcellos, 1859) e especialmente na região da cachoeira Santo Antonio, no baixo rio Jari, onde várias famílias passaram a integrar-se na população regional.

Após 1850, estabeleceu-se nitidamente uma fronteira tribal entre as terras Waiápi e as dos Wayâna e Aparáí, que seguia pelo Jari e seu afluente Cuc. Após um período de intensos conflitos nas primeiras décadas do século passado,

(6) — Os relatos dos cronistas Thébault (1856), Bauve (1833-35) e Coudreau (1893), entre os mais detalhados, contêm relação detalhada dos assentamentos Waiápi nesse período.

estes grupos passaram a relacionar-se em termos de troca, instalando-se uma grande rede de comércio que ligava as aldeias do Oiapoque, do Cuc e do Nipuku com os estabelecimentos dos Wayâna e até dos Tíriyó, na região do Tumucumaque. Até hoje os Wayâna e os Aparai são designados pelos Waiãpi pelo termo *banaré*, que se refere à relação de troca que mantinham com estes vizinhos.

As informações acima, documentadas pelas fontes históricas, apenas confirmam a memória tribal que considera o curso médio do rio Jari como o "berço" da nação Waiãpi. Os índios identificam seus primeiros sítios de ocupação nas proximidades da cachoeira *Makakwa* (Desespero) e na boca do rio Nipuku onde o herói *Yane-iar* criou a humanidade. Existem ainda sinais desta ocupação mítica em lajes que margeam o baixo Nipuku onde os índios identificam os passos do herói tribal e dos primeiros ancestrais da tribo, os *taimi-wé*. A região do Jari foi o centro de dispersão de onde se originam os diversos grupos locais atualmente dispersos na área, e que se separaram a procura de terras novas, conforme é possível deconstituir a partir da tradição oral dos Waiãpi do Nipuku e do Onça-Arcã (Gallois, 1980 c).

HISTÓRIA RECENTE

A história dos Waiãpi nos últimos 70 anos caracteriza-se por um contínuo processo de depopulação conseqüente à propagação de doenças trazidas pelo contato intermitente, com alguns casos de convivência prolongada com a população regional. Em 1926, um funcionário do SPI, Eurico Fernandes responsável pelo Posto Luiz Horta, no Oiapoque, realizou um levantamento das aldeias Waiãpi do Brasil que em 12 aldeias (Fernandes, 1943) totalizavam uma população de 1.010 indivíduos repartidos

As relações entre brancos e índios, mencionados tanto na bibliografia como na tradição dos interessados, indicam

como principais áreas de contato e propagação de doenças as seguintes zonas :

- cabeceiras do rio Maracá e do rio Iratapuru (Nimuendajú, 1927);
- a zona das cachoeiras do Jari (Farabee, 1917) onde se instalaria uma série de barracões da empresa Ferreira;
- a zona do Cuc e do alto Jari trilhada por gateiros e garimpeiros (Aguiar, 1943; Cognat, 1967);
- os índios mencionam ainda a zona das cabeceiras do Araguari e Amapari, chamada *Arawari*, onde havia aldeias e roças até a década dos anos 1950. Os Waiápi passaram a relacionar-se com garimpeiros o que determinou a extinção praticamente total do grupo local em questão e o definitivo abandono dessa área.

O tipo de invasão da área indígena que vigorava até a década dos anos 1970 não resultava, porém, na instalação definitiva de colonos ou de mineradoras, como acontece hoje, e isto permitiu aos Waiápi recuperar os sítios provisoriamente invadidos. Assim, até essa data, todas as áreas tradicionais, salvo a região do *Arawari*, permaneciam ocupadas pelo grupo com aldeias e roças: o Cuc, o Nipuku, o Aimã, o Aroã e o médio rio Felício (isto é o ig. Agua Preta e as cabeceiras do rio). Essas mesmas áreas continuam sendo exploradas alternativamente pelos Waiápi mesmo não existindo aldeias permanentes; visitam periodicamente as capoeiras produtivas repletas de plantações frutíferas plantadas há mais de 10 anos.

RELAÇÕES INTERTRIBAIS

As últimas décadas também representam uma fase de intensos contatos intra e intertribais. Com os Waiápi da Guiana Francesa os Waiápi do Brasil mantiveram relações sempre escassas, mas que tomaram certa regularidade no período 1940-1960. Os motivos das viagens para a região de fronteira eram essencialmente as trocas, para obtenção

de mercadorias que, em outros momentos conseguiam com balateiros e gateiros da zona meridional. Geralmente o comércio com os índios do Oiapoque se realizava com a mediação dos Waiãpi do Cuc, grupo estrategicamente situado como intermediário, do ponto de vista geográfico como cultural. Com os índios Wayâna e Aparai habitantes do Jari e do Paru, as relações também se realizavam por intermédio dos índios do Cuc. Existia uma certa especialização nesse comércio, os Waiãpi fornecendo produtos "nativos" (arcos, redes, adornos de plumária) e os Wayâna ou Aparai mercadorias "importadas" (ferramentas, pano, miçangas). A fim de intensificar estas relações — entre 1967 e 1969 — uma fração importante dos Waiãpi do Aroã e Nipuku estabeleceu-se no rio Cuc, o que resultou em intercassamentos e no remanejamento total das aldeias. Após uma epidemia de disenteria onde mais de 40 indivíduos morreram, este grupo voltou à sua região de origem enquanto uma parte dos remanescentes do Cuc migrou para a Guiana Francesa.

Os assentamentos indígenas do alto Jari, tanto dos Wayâna e Aparai, como dos Waiãpi, formavam uma zona de ocupação integrada e em constante interação intertribal. Com a instauração de políticas de assistência aos índios tanto na Guiana como no Brasil, iniciou-se nova fase histórica marcada pelo corte das relações entre os índios da região; o confinamento e a dependência dos indígenas em relação aos postos e às práticas dos órgãos protetores — isto tanto ao nível das trocas comerciais como da segurança na ocupação de seus territórios — constitui a mais drástica intervenção externa sobre a vida desses povos verificada nos últimos anos.

Todos os grupos do Jari sofreram surtos graves de gripe e disenteria entre 1965 e 1970, propagadas por indivíduos que estavam em contato com gateiros e garimpeiros para trabalhos temporários, ou pelo contato direto das comunidades com estes invasores. Entre 1967 e 1970, em várias levadas, a região foi progressivamente abandonada pelos índios.

OS WAIÁPI DE MOLOKOPOTE

Restava no Cuc em 1969, apenas o grupo do Capitão *Sarapo* que por sua vez foi transferido, por iniciativa da CPRM, pela FAB e levado para Molokopote (aldeia Wayâna desativada pouco tempo antes) onde a FAB estava abrindo um campo de pouso; os índios deviam ajudar na construção da pista e posteriormente cuidar do local; estes aceitaram no ato da transferência sem medir as conseqüências do abandono de suas terras. Custou muito à FAB impor ao grupo a permanência num local que os índios consideram desfavorável à suas atividades de subsistência tradicional e no qual estão isolados em relação às outras comunidades indígenas da área. Quando os índios pretendiam voltar para o Cuc eram ameaçados de prisão, além de terem sido convencidos de que, no Cuc, não receberiam assistência e que todos morreriam. Finalmente, para sedentarizar os índios neste local a FAB iniciou um programa de criação de búfalos. Desde então, os Waiâpi de Molokopote se resignaram a permanecer nesta área, mas continuam a visitar o rio Cuc onde ainda têm plantações e capoeiras. A caminho fazem expedições no baixo Kuruapi e Culari, zonas mais favoráveis à caça e pesca que as imediações de Molokopote.

Em 1971, aproximadamente, uma base do "Summer Institute of Linguistics" foi instalada em Molokopote; os missionários, presentes seis meses por ano na aldeia, iniciaram um programa de alfabetização da comunidade, ao mesmo tempo em que os catequizavam. O "Summer" saiu da área em 1976, e o grupo ficou sem nenhuma assistência até 1978, quando foi criado um subposto da FUNAI no local. Nesse posto, em apenas dois anos, já passaram 4 funcionários, numa instabilidade que se torna altamente negativa para os índios.

RECRUDESCÊNCIA DOS GARIMPOS

No final da década de 1960 e durante os primeiros anos da década de 1970, o contato com garimpeiros atingiu

praticamente todas as aldeias dos Waiãpi por mais recuadas e isoladas. No rio Cuc, garimpeiros seguiram a rota dos gateiros trabalhando em plena zona das aldeias (cachoeira *Yto-puku* no curso médio); causaram um número não conhecido de mortes por doenças infecciosas, o que impulsionou o abandono da região por parte dos índios, como citado acima. No rio Aroã entre 1970 e 1972, um garimpo instalou-se perto de uma aldeia (*Karamomo*), e os índios alimentavam os forasteiros em troca de bugigangas; vários índios foram levados nesta ocasião para a cidade onde permaneceriam até 1973, quando a expedição de reconhecimento da FUNAI os levaria de volta a seus assentamentos. Em consequência desses contatos no Aroã, 19 índios morreram de sarampo em 1972. Na região do ig. Água Preta, outro garimpo funcionou entre 1969 e 1970 provocando a morte de uma dezena de pessoas por epidemia de gripe; o resto dos habitantes ali permaneceu até que outra epidemia extinguisse praticamente todo o grupo local, salvando-se apenas dois indivíduos. Finalmente, na região do Nipuku a invasão ocorreria também, mais tarde, a partir de 1973.

Todas estas áreas de garimpo, além das que foram ativas recentemente, continuam sendo invadidas até hoje.

A PERIMETRAL NORTE E A FRENTE DE ATRAÇÃO DA FUNAI

Em 1973, valendo-se das informações fornecidas pelos geólogos da CPRM e da ICOMI que haviam realizado pesquisas na área, uma frente de atração da FUNAI entrou em contato com os Waiãpi; a frente, chefiada pelo sertanista Fiorello Parise facilmente localizou os índios do Aroã e das cabeceiras do ig. Onça (Parise, 1973). Os grupos do Nipuku foram contactados a pouco tempo depois dos primeiros. Na época, os Waiãpi somavam aproximadamente 200 indivíduos.

A atração dos Waiãpi fazia parte de um amplo programa de "pacificações" organizado pela FUNAI em apoio logístico

à construção da Rodovia Perimetral Norte, cujos trabalhos haviam sido iniciados no mesmo ano.

As primeiras sedes do P.I. Amapari foram instaladas nas imediações da estrada e fiscalizavam o contato entre índios e trabalhadores da rodovia. Desde o início, a localização deste Posto não facilitou o atendimento das aldeias mais afastadas — como no Nipuku e no Aroã —, sendo que os índios deviam realizar longas viagens para receberem assistência ou assinalarem invasão de suas terras. Quando o P.I. foi transferido definitivamente para *Toriry*, ou *Mitiko*, em 1977-78, a construção do campo de pouso por um lado, e a invasão de outras áreas por garimpeiros por outro, fizeram com que os Waiápi se fixassem na área do Posto desde então superpovoada em relação às possibilidades de subsistência que oferece.

Atualmente, a tendência é de retornar às áreas tradicionais abandonadas nos idos de 1975-77, iniciativas que devem receber total apoio da FUNAI, visto o desagrado e os problemas causados pela concentração de população na zona do Posto.

O USO DA TERRA PELOS WAIÁPI: ASPECTOS SOCIAIS

O GRUPO LOCAL

Uma característica da estrutura social Waiápi é a divisão em unidades políticas independentes que se mantêm auto-suficientes economicamente, formando grupos locais autônomos.

O grupo local constitui, pois, a unidade de referência principal, sobrepondo-se à noção de povo e, inclusive, à de grupos regionais, estes últimos diferenciando basicamente os Waiápi setentrionais dos meridionais também conhecidos como Waiápi-puku.

Especialmente o grupo local não é representado por uma aldeia, mas por uma área onde existem várias aldeias alter-

nativamente ocupadas pelos membros do grupo. Nesta área naturalmente delimitada — geralmente uma bacia fluvial — o grupo desenvolve todas suas atividades de subsistência; isto é, explora com exclusividade os recursos de caça, de pesca e coleta, abre roças e desfruta dos produtos das capoeiras. A relação entre o grupo e sua área corresponde ao termo *wan-ako* como são designadas tais unidades locais, identificadas pelo nome da área geográfica. *Ku wan-ako* por exemplo são os “moradores” do rio Cuc, nome com o qual são designados os atuais habitantes de Molokopote que habitavam tradicionalmente aquele rio. De fato, apesar do abalo demográfico e do abandono de certas áreas que resultou na reunião de remanescentes de distintos grupos locais, continuam sendo utilizadas as designações dos *wan-ako* que hoje convivem nos mesmos núcleos(7).

O grupo local é antes de tudo um grupo político, e sua estabilidade depende da manutenção do equilíbrio e da harmonia entre seus membros, qualificações estas que se referem à chefia do grupo. Como também ocorre em outras sociedades indígenas da Guiana, os Waiãpi consideram chefe quem funda novo grupo, isto é quem funda, no imediato, nova aldeia. A autonomia do grupo assim formado está, portanto, ligada à personalidade de um líder, que, através do jogo de relações de parentesco — determinantes na composição dos grupos locais — e das questões de prestígio, consegue reunir um número de parceiros para formar uma nova unidade, tornando-a viável quando autônoma ao nível das atividades de subsistência. Por isto, o grupo dissidente estende suas atividades a uma área que não se sobrepõe à área explorada pelo grupo de origem. Este processo de cisão, pela multiplicação e dispersão dos grupos locais, determinou a extensão e a expansão do território ocupado pelos Waiãpi.

(7) — Assim entre os atuais Waiãpi meridionais, reunidos hoje em dois núcleos principais do Nipuku e do Onça, é possível identificar pelo menos cinco grupos locais que se constituíam como unidades separadas até a década passada (Nipuku, Mariry, Kumakary, Wiririry e Popoindo) e que se mantêm de certa forma individualizados até hoje.

O grupo local é formado pela associação de várias famílias extensas; através de uma rede de relações entre parentes e afins, forma uma parentela local⁽⁸⁾. Cada grupo conta com uma população média de 30 a 40 indivíduos, nos casos em que o grupo hoje atingido pela depopulação continua se mantendo autônomo. No passado, a população média dessas unidades raramente ultrapassava 80 a 100 indivíduos, número acima do qual o grupo teria que se *cindir* para assegurar o equilíbrio das atividades de subsistência em relação ao território ocupado.

Entretanto, o grupo local não constitui uma unidade permanente, pois as famílias que o compõem vivem em constante nomadismo dentro do território, abrindo novas roças distantes e saindo para expedições de caça-pesca e coleta de longa duração. A separação, em certos casos, pode ser definitiva. Atualmente, devido à redução da população, ocorrem menos cisões do que distanciamentos provisórios, que permitem ao grupo manter seu equilíbrio — em termos sociológicos como territoriais — seguindo determinações não somente econômicas como políticas e evitando possíveis tensões entre os indivíduos.

Os diversos *wan-ako* Waiápi são ligados por laços de aliança que dão lugar a relacionamentos estreitos, conforme a rede de intercassamentos. O padrão ideal de endogamia do grupo local vê-se impossibilitado pela redução dos efetivos populacionais; existem poucas chances para um jovem Waiápi conseguir uma esposa no próprio grupo e o que se observa atualmente são intercâmbios matrimoniais entre os habitantes do Nipuku e do Onça. Os padrões de casamento

(8) — Idealmente o grupo poderia ser formado apenas por um homem maduro, sua(s) esposa(s) e suas filhas com os respectivos maridos e filhos, além de crianças não casadas. Geralmente é formado pela junção de vários irmãos com suas respectivas famílias nucleares. Por exemplo, o grupo de Mitiko, designado como *Wiririry wan-ako* (conforme sua área de origem antes do contato com a FUNAI), ocupa, nas imediações do P. I. Amapari, uma "aldeia" nitidamente separada do grupo vizinho, que constitui outro *wan-ako*.

assim como a regra de residência uxorilocal estão na base das relações entre grupos locais. O casal instala-se na aldeia dos pais da esposa; no entanto, faz freqüentes viagens e estadias prolongadas ao grupo do esposo, e pode estabelecer-se definitivamente com estes parentes.

Os membros dos diversos *wan-ako* também se reúnem periodicamente para atividades cerimoniais ou simples festas de *caxiri*, assim como para efetuarem trabalhos conjuntos como fizeram na construção do campo de pouso do P.I. Amapari. Também freqüentavam-se para realização de trocas econômicas, aspecto hoje em declínio, desde que a FUNAI começou a subsidiar de certa forma, as necessidades comerciais dos Waiãpi.

ALDEIAS

A composição das aldeias Waiãpi, pelos motivos expostos acima, é transitória. A aldeia não apresenta forma característica, sendo que as casas estão dispersas no espaço limitado pelo igarapé ou pelo rio e pelas roças, deixando livre uma praça onde se realizam as atividades sociais e rituais. As roças são preferencialmente situadas nas proximidades imediatas das casas; quando esgotadas, são abertas um pouco mais longe, mas quando situadas a mais de 1 ou 2 km da aldeia, esta é destruída e as casas reinstaladas perto das novas plantações.

As casas *oka*, correspondem a cada família nuclear ou, em raros casos, à família extensa. Abrigam em média de 5 a 7 pessoas. As casas do tipo tradicional são palafíticas e construídas sobre estacas que podem chegar à altura de mais de 2 metros. Tem-se acesso ao estrado por uma escada de tronco de árvore. Este tipo de casa oferece as melhores condições de proteção (à entrada de animais selvagens e domésticos, às fortes chuvas, e por ser facilmente mantida limpa de detritos). A cobertura é de duas águas, de forma ogival, feita de folhas de ubim. Outro tipo de casa com cobertura menor tem paredes de paxiúba, material do qual tam-

bém é feito o estrado. O fogo é instalado sobre uma grande roda de barro cu simplesmente no chão quando a casa é térrea (Est. 1A).

As casas tradicionais vêm sendo substituídas por grandes construções baixas, sem paredes, ou ainda por simples *tapiri* de construção rudimentar e provisória. Em Molo-kopote, as casas são de tipo Wayâna, de estrutura ovalada e paredes de paxiúba.

Além das casas de habitação, há casas de cozinha com grandes jiraus e todos os instrumentos e recipientes necessários; estas construções servem para várias famílias nucleares e nelas se reúnem mães e filhas para preparação dos alimentos.

As terras ocupadas pelos Waiápi revestem-se, para estes, de um significado não somente econômico, pois delas dependem para sua sobrevivência, mas um significado histórico e religioso. Em cada ponto da floresta existem sinais e marcas do passado, lembrando a presença dos ancestrais. As divisas territoriais reconhecidas pelos índios definem-se associadas a grupos locais específicos ou a outros grupos sobretudo pela existência de capoeiras e aldeias antigas⁽⁹⁾, tribais. O reconhecimento dessas marcas do passado é perpetuado pela tradição tribal⁽¹⁰⁾.

(9) — Um aspecto importante na relação simbiótica que os Waiápi mantêm com suas terras é a questão dos “cemitérios”. Não existem propriamente, pois os índios enterram o morto na casa onde este faleceu; antigamente e sobretudo nos casos de falecimento por feitiçaria ou doença infecciosa, a aldeia era destruída e abandonada, reconstruindo-se outra nas proximidades. Todos os assentamentos antigos representam pois “cemitérios” para onde os Waiápi retornam regularmente, mesmo quando não as habitam permanentemente.

(10) — A zona do alto Jari merece atenção particular, pois trata-se de uma região historicamente habitada pelos índios Wayâna e Apará, onde o domínio Waiápi se limitava à região do Cuc; mesmo assim, os atuais ocupantes de Molo-kopote, Waiápi, mantêm o conhecimento da história da área, utilizando a toponímia tradicional, e assinalando sua história pela presença das numerosas capoeiras e plantações que nela existem.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Do ponto de vista econômico, os limites do uso da terra pelos Waiãpi definem-se pela localização das roças e das aldeias, incluindo-se os sítios antigos para onde os índios retornam regularmente, conforme indicado acima. Os caminhos trilhados entre todos os pontos do território são, portanto, significativos para a fixação dos limites da área indígena, pois servem às atividades de subsistência como ao relacionamento entre as comunidades locais.

As atividades econômicas estão imbricadas com as possibilidades de subsistência que o território oferece; entretanto, são poucas as variações ecológicas entre as áreas habitadas pelos Waiãpi. As diferenças atualmente mais marcantes se colocam entre zonas praticamente "virgens" onde os índios desenvolvem suas atividades, segundo ciclos e métodos que permitem a regeneração do solo e do potencial faunístico, e as áreas afetadas seja pela presença da estrada seja pela sedentarização (artificial) dos índios, e que vêem seu potencial faunístico e as áreas propícias para abertura de roças serem diminuídas. Nesta situação, encontram-se por exemplo, as áreas do Onça e de Molokopote.

Duas grandes estações dominam o tempo Waiãpi: as chuvas (*amã*) de dezembro a julho, e a seca (*kwara'y*) de agosto a novembro. As atividades se repartem entre estes dois períodos conforme o seguinte esquema:

<i>amã</i>	<i>kwara'y</i>
safra da mandioca e de outros produtos da roça nova	preparação da roça nova e safra dos produtos da roça anterior (batata, cará)
coleta muito favorável (frutas de palmeiras)	coleta restrita
pesca restrita	pesca favorável
caça abundante	expedições de caça a longa distância
	período de festas e viagens

Na divisão sexual do trabalho, apesar da rígida separação das atribuições de cada sexo, constata-se uma cooperação muito importante ao nível do casal: a mulher acompanha o marido e certos tipos de caça, o marido acompanha a esposa na colheita dos produtos da roça etc.

AGRICULTURA

Desde tempos antigos, os Waiápi são conhecidos como um povo de agricultores pela grande extensão de suas roças. Atualmente o tamanho médio de cada roça varia entre 2000 e 3000 m², correspondendo a cada família nuclear, ou melhor, a cada mulher casada; no caso de famílias polígamas, o esposo abre uma roça para cada esposa, em áreas geralmente contíguas. As roças dos membros do grupo local são justapostas ou dispersas, dependendo da área ocupada (relevo, antiguidade da ocupação etc.). O último caso sendo mais freqüente, quando a sedentarização do grupo o faz procurar terra boa em locais mais distantes.

Existe uma série de exigências para abertura de roças, que são as seguintes:

1. evitar lugares infestados pelos espíritos *aña*, moradores de certas árvores e acidentes geográficos;
2. evitar lugares que são reconhecidos como área de doença (pela própria experiência ou pela presença de muitos mosquitos);
3. proximidade do rio ou igarapé, e acesso fácil aos mesmos, isto é bons portos (sobretudo no caso de rios maiores, como o Nipuku, Cuc e Jari);
4. área plana, pois os declives nunca são aproveitados para agricultura;
5. inexistência de pragas, especialmente a saúva e outras formigas que depredam as plantações;
6. qualidades dos solos, sendo que os Waiápi distinguem 5 tipos entre os quais somente a terra preta e a terra vermelha são aptos para o cultivo;

7. o aspecto primordial — a área aberta deve situar-se em zona de floresta primária.

Todos os anos abrem uma roça nova, pois não plantam duas vezes no mesmo lugar, e utilizam portanto zonas de floresta primária (*kaa'e'e*). Após ciclos longos retornam e plantam nas capoeiras velhas (*kokwe'ai*) ou em outras áreas de floresta secundária.

Estas exigências são as mesmas que determinam a escolha de um sítio para aldeia, mas neste caso acrescenta-se a necessidade de:

8. presença de palha preta para cobertura das casas;

9. pureza das águas; ser o único ocupante de um igarapé é o ideal de todos os grupos locais, e geralmente é desta forma que se encontram repartidos nas diferentes bacias fluviais. Somente na área do P.I. Amapari é que este problema apareceu, pois as duas aldeias do Capitão *Samaré* e do Capitão *Jacito* estão a beira do mesmo igarapé Onça, criando problemas de saúde para a comunidade de baixo.

As roças (*kó*) situam-se única e exclusivamente nas proximidades da aldeia, como já foi dito, e, se possível, logo atrás das casas. É a roça que determina o lugar da aldeia⁽¹¹⁾.

Todos os anos, durante a seca, são realizados os trabalhos agrícolas. Nesse trabalho o chefe de família é ajudado por irmãos solteiros, por genros recém-casados e outros agregados⁽¹²⁾. Estes se beneficiarão dos produtos da roça sob forma de alimentos já preparados pela mulher que plantou a roça.

Na abertura, queima e limpa do roçado, trabalho este que cabe ao homem, os Waiãpi utilizam técnicas tradicionais; o

(11) — Um exemplo recente é a mudança da aldeia do grupo do Capitão *Jacito* que abriu uma roça situada a aproximadamente 1,5 km do P.I. para onde todos mudaram suas casas, no meio dos cultivos.

(12) — Assim, na aldeia do Capitão *Samaré* de Mitiko, há uma roça para cada uma das 7 famílias nucleares do grupo local, sendo que o trabalho dos 4 adultos solteiros se reparte entre as famílias com as quais têm laços mais estreitos.

uso do machado de ferro facilitou muito esta parte do trabalho, possibilitando a abertura de roças maiores; dizem que no passado escolhiam o lugar da roça em função da presença de angelim, árvores de queima fácil. Na roça queimada onde permanecem os troncos calcinados, as mulheres plantam — sem nenhuma tecnologia particular — as diferentes variedades de plantas cultivadas. Os produtos⁽¹³⁾, na roça, são misturados sem ordem aparente, e há forte predominância de mandioca brava que cobre 8/10 do espaço.

Do ponto de vista da agricultura, as conseqüências da sedentarização são importantes. Implicarão para os Waiápi a necessidade de contentar-se com terras já enfraquecidas ou de abandonar totalmente o lugar para procurar terras melhores, solução esta preferida pelos índios e que deve ser levada em consideração para definir os limites da área indígena. Dois casos podem ser citados :

— no P.I. Amapari, onde são reagrupados dois grupos locais, as terras além de serem fracas já estão esgotadas; a solução escolhida foi afastar as aldeias do P.I. Entretanto, como a região é pouco propícia às demais atividades de subsistência (notadamente do ponto de vista da pesca, escassa, e da coleta pois há poucas árvores frutíferas ainda em rendimento), a solução será retornar às zonas de capoeiras na região do Aroã. Esta volta várias vezes iniciada e planejada entra em conflito com o processo de dependência cada vez mais marcado em relação aos bens e às facilidades que os índios conseguem no Posto;

— no caso de Molokopote, a sedentarização determinada pela presença do gado (introduzido pela FAB para sedentari-

(13) — São as seguintes plantas cultivadas pelos Waiápi, muitas delas em diferentes variedades: mandioca brava, milho, cará, batata doce, cana-de-açúcar, banana, abacaxi, macaxeira, feijão, mamão, caju, amendoim, abóbora, cacau, limão, laranja, pupunha, pimenta. Além destes produtos alimentares, encontram-se nos roçados: algodão, urucu, fumo, cuias, curuá, cunami, flechal. Certas plantas são cultivadas perto das casas, no terreiro da aldeia, como a pimenta, o urucu, e, em alguns casos, o algodão.

zar os índios) implica que o grupo não pode deslocar-se da aldeia atual. Assim, eles estão abrindo roças situadas a 1, 2 e 5 km da aldeia, acessíveis através do Jari. Neste caso também a solução é insatisfatória, pois Molokopote e sua vizinhança são locais ocupados há mais de 50 anos, ininterruptadamente, constituindo, portanto, terras esgotadas, de má qualidade e infestadas de pragas. Nesta zona, não cresce algodão nem pimenta e o milho tem fraco rendimento; todos esses produtos são básicos na dieta e na cultura material dos Waiãpi.

CAÇA, PESCA E COLETA

Os Waiãpi associam as atividades de caça e de pesca, e até certo ponto, também de coleta, pois, quando saem para a mata vão exercer todas essas atividades durante a mesma expedição; estas operações encontram-se também relacionadas pelos percursos normalmente utilizados pelo grupo. O peso maior dado a uma ou outra atividade depende da estação ou das características peculiares da zona ocupada.

Existem zonas escassas tanto em mamíferos terrestres como em peixe e produto de coleta, entre as quais a região cortada pela estrada e, em linhas gerais, toda a bacia do rio Amapari, considerada mais pobre em flora e fauna que a bacia do rio Jari. É obvio também, que nas zonas de maior sedentarização, como a região do P.I. Amapari e de Molokopote, nas vizinhanças imediatas de todas as aldeias, está exaurido o potencial faunístico e vegetal. Esta distribuição desigual dos produtos de subsistência é compensado pelo tipo de exploração ao meio efetuado pelos Waiãpi. Especialmente, no que diz respeito à caça, os animais são incontroláveis e os índios precisam de terras suficientes para obter uma razoável probabilidade de êxito em suas expedições. Por isto, detêm grande importância as áreas de capoeiras que se constituem como "reservas" faunísticas, onde os ín-

dios realizam expedições a intervalos regulares⁽¹⁴⁾, ao menos uma a duas vezes ao ano, passando lá várias semanas — para “engordar” como dizem — sobretudo na estação seca. No inverno vão até esses centros para períodos mais breves, a fim de aproveitar as frutas de palmeiras que existem em abundância nas capoeiras.

São indicadas a seguir as técnicas utilizadas e os principais produtos referentes a cada uma destas atividades.

Caça

A importância relativa da caça nas atividades de subsistência dos Waiápi deve-se ao aspecto sociológico que valoriza a caça como atividade masculina por excelência, ao mesmo tempo que constitui a contribuição principal em proteínas para a dieta diária. Entretanto, por vezes, reparte-se uma cotia de 5 a 6 kg entre 20 a 30 pessoas⁽¹⁵⁾.

As técnicas utilizadas são bastante uniformes, pois reduzem-se praticamente ao uso de espingardas — cartuchei- ras e rifles. A partir de 1973, todos os homens adultos conseguiram obter uma arma de fogo, trocando artesanato ou tra-

(14) — Para os habitantes do P. I. Amapari, as zonas de caça, pesca e coleta são preferencialmente a região do Aroã, as cabeceiras do igarapé Araça, afluente do rio Felício e a região do igarapé Riozinho e seu afluente Nary. Para Molokopote, a reserva principal está no Cuc mas também nas capoeiras do baixo Cuiari e Kuruapi; o Ximin-Ximin e Pakua são centros de caça cotidiana a curta distância da aldeia e, portanto, menos fartos em animais. Para os índios do Nipuku, o equilíbrio é facilmente mantido, pois há uma boa distribuição dos territórios de caça em função dos grupos locais de Nipuku, Mariry e Pairary; mesmo assim, cada um destes agrupamentos tem suas reservas; a primeira na região do alto Nipuku, e, em sentido inverso, nas proximidades da cachoeira Yto.puku; os habitantes de Pairary vão até o Kuiu e o Água Preta, enquanto os de Mariry exploram a área afetada em 1976 pela Perimetral, nas cabeceiras do rio Felício.

(15) — Os animais caçados pelos Waiápi variam de área para área, sendo que todos consideram como essenciais os seguintes: guariba, coatá, bicho preguiça, cotia, paca, jaboti, anta, veado, porco do mato, caititu, mutum, maraia, jacamin, nambu, tucano, arara etc.

balhando para a FUNAI; a prodigalidade com a qual a FUNAI, no início de sua atuação na área, distribuiu as espingardas, não foi mantida no fornecimento da munição. Não foram calculadas as conseqüências drásticas da troca do arco pela arma de fogo que ia acelerar um processo de dependência a trabalhos temporários extra-tradicionais. Mesmo assim, as remessas de munição chegam com meses de atraso em relação aos pedidos e os Waiãpi permanecem sem munição durante longos períodos. Praticamente não utilizam o arco e a flecha para caçar, além da caça de aves para confecção de adornos plumários. As crianças e adolescentes utilizam as armas tradicionais para caçar aves e lagartos nas proximidades da aldeia.

Os modos de caça dos Waiãpi são razoavelmente diversificados e dependem sobretudo das estações, distinguindo-se as seguintes modalidades :

— normalmente os homens saem e voltam no mesmo dia, após efetuarem percursos de 10 a 20 km em caçadas individuais ou em grupos de dois ou três; seguem caminhos prefixados conforme a abundância de um ou outro tipo de caça;

— expedições familiares de vários dias que são ao mesmo tempo expedições de caça e de pesca, praticadas sobretudo na estação seca, e efetuadas a partir de acampamentos situados a um ou dois dias de viagem da aldeia;

— expedições longas que implicam em vários dias de caminho para atingir centros acima descritos como "reservas faunísticas", e onde permanecem várias semanas;

— caças em tocaias sobretudo para captura de pássaros — araras e tucanos — no inverno, na época do açaí e da bacaba;

— caça à noite, lanternando ao longo dos igarapés; trata-se de um novo modo de caça, praticada pelos funcionários do PI que são acompanhados pelos jovens solteiros, não interessando à maioria dos Waiãpi.

Pesca

As técnicas de pesca são mais diversificadas sobretudo desde a introdução de linhas de nylon e de anzóis metálicos. A importância da pesca em relação à caça varia segundo os grupos locais, conforme a localização destes à margem de rios piscosos ou não. Assim, na região do P.I. Amapari a pesca como atividade diária é pouco rentável. No Nipuku a pesca é diária, facilitada pelo uso de canoas, como acontece também em Molokopote. Os índios raramente utilizam arcos e flechas para pescar, a não ser no Nipuku, onde no verão as grandes lajes de pedra descobertas permitem essa operação. Com armadilhas *massiwa* pescam somente em pontos específicos como no curso baixo do Nipuku e do Aimã. Pescam raramente com timbó (*cunami* e *iméku*), apesar de constituir uma atividade tradicional do grupo, desde que a influência da FUNAI tende para extinção dessa prática sob a alegação de que é nociva à saúde. Normalmente pescam com linhas e anzóis, de tamanhos variáveis segundo os peixes que querem pegar⁽¹⁶⁾.

Coleta

Os produtos coletados pelos Waiápi são usados para a fabricação de utensílios e de adornos ou são complementos para a dieta alimentar. Neste último caso a coleta é determinada pelas estações e o produto pode ser consumido no local ou levado para a aldeia. Entre os itens mais importantes, os seguintes produtos entram como complemento alimentar: açaí, bacaba, ingá, maçaranduba, sorba, cucura, goiaba, taperebá, ucuquirana, bacuri, caju, cacau, castanha, biribá, insetos e larvas, além de caracóis, ovos de iguana, jacaré e tracajá, e finalmente o mel.

(16) — O tipo de pescado mais freqüente em toda a área habitada pelos Waiápi são os seguintes: kumarú, curimatá, piranha, piaua, pacu, pirapuku, surubim, aracu, jacundá, pu-raqué, jacaré, trairão.

Para a confecção dos artefatos, coletam madeira entre elas o pau d'arco *paira* e o *kaisu*, a paxiúba, enviras, sementes, resinas e colas como o jitaí, a balata, cipós, folhas de palmeiras e tinturas como o jenipapo. Além destes itens acrescenta-se importante repertório de plantas medicinais.

A coleta da castanha-do-Pará merece atenção particular, pois começa a ser explorada sistematicamente para a venda. Há ocorrências de castanhais em vários pontos do território tribal, mas os únicos explorados estão localizados no igarapé Piriri, afluente do rio Mapaoni, nos igarapés Araçá, Riozinho e Nary (rio da Castanha), afluentes do rio Felício. Duas famílias do grupo Caititu (P.I. Amapari) realizaram em 1980 uma safra de aproximadamente 10 hectolitros; como nas outras safras, o produto foi comercializado em Macapá pelo chefe do P.I. sem gastos para os índios, mas a um preço bem inferior ao preço vigente no mercado nacional.

A coleta da pupunha, de laranjas e de cacau e caju, finalmente, detém lugar essencial na subsistência dos Waiãpi, não somente por serem valorizados culturalmente, mas porque existem importantes plantações dessas espécies nas capoeiras do Aroã, do Cuc e do Água Preta, visitadas regularmente pelos índios.

ERGOLOGIA

A ergologia Waiãpi inclui a confecção de instrumentos recipientes e armas ligados à subsistência, assim como de objetos de adorno. As matérias-primas usadas na confecção dos artefatos incluem produtos silvestres e produtos que cultivam nas suas roças, conforme indicado nos itens acima.

Os artefatos produzidos seguem especialização sexual rigorosa, cabendo ao homem o trabalho da madeira para fabricação das armas, de bancos e de outros instrumentos; a ele também cabe o trabalho do arumã, para os trançados, que apresentam uma relativa variedade em termos de forma e dos motivos decorativos dos cestos; os homens também fa-

bricam os adornos plumários, representados essencialmente pela coroa de plumas de tucano e os demais objetos rituais, como os instrumentos musicais e as máscaras.

As mulheres cabe o trabalho da cerâmica, hoje em decadência desde a invasão de panelas de alumínio; a elas também compete o trabalho do algodão para confecção de tipóias e de redes, estas últimas — tecidas — atingindo uma certa perfeição e que representavam no passado o objeto de troca por excelência dos Waiápi.

A cultura material Waiápi apresenta variações de um grupo local para o outro, sendo mais ou menos marcada pela influência dos padrões decorativos dos índios karíb vizinhos. Existe por outro lado uma grande diferença entre os objetos confeccionados para o uso e os destinados à venda, estes últimos sendo geralmente miniaturizados e mal acabados. Nos últimos três anos ocorreu violenta descaracterização da cultura material Waiápi, devido à comercialização dos objetos e à ausência de qualquer tipo de controle. A venda de “artesanato”, entretanto, é essencial para os índios, que somente através destas trocas obtêm recursos monetários para compra de munição e de outros bens que se tornaram necessários na sua vida diária.

AS AMEAÇAS A INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO WAIÁPI E O PROBLEMA DA DEMARCAÇÃO

O tipo extensivo de exploração do meio ambiente, determinando a grande mobilidade dos Waiápi dentro de seu território, assegura-lhes independência econômica e sócio-cultural e a perpetuação da organização e dos valores tradicionais do grupo. Entretanto, a permanência destes valores está ligada à própria integridade do território em que vivem; no momento em que este território encontra-se seriamente ameaçado, a própria sobrevivência tanto física quanto social

dos Waiãpi dependerá inteiramente de uma efetiva proteção de suas terras, o que implicará, como medida mínima, numa urgente demarcação da área.

A PERIMETRAL NORTE NA ÁREA INDÍGENA

As terras ocupadas pelos Waiãpi não sofreram até agora invasão por parte de posseiros ou por projetos de colonização⁽¹⁷⁾. Entretanto, a Rodovia Perimetral Norte, que penetra na área indígena por alguns quilômetros, como exposto acima, constitui um eixo de crescente colonização e de pressão sobre o território Waiãpi pois, ao longo da estrada a fixação de colonos que se dedicam à pecuária ou à extração do potencial madeireiro, assim como a instalação de núcleos de garimpeiros que estendem suas atividades a toda a área do Amapari, inclusive dentro da área indígena, levará rapidamente à dizimação do grupo e à espoliação gradativa das terras dos índios; problemas estes que se tornariam ainda mais drásticos caso fossem reiniciados os trabalhos de construção da estrada, paralisados desde 1976. Além do mais, considerando-se que o traçado previsto para a rodovia corta o território indígena em toda a sua extensão, isto acarretaria como consequência o rompimento da unidade territorial, política e social das comunidades Waiãpi. (Est. 1B).

A FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ

Em um projeto elaborado pelo RADAM foi proposta a criação de uma "Floresta Nacional do Amapá" para a exploração sistemática do potencial madeireiro da região (RADAM-BRASIL — 1974). Com a instauração de uma nova política florestal no decorrer de 1979 a área foi escolhida e classificada, juntamente com outras da região da Amazônia, como

(17) — O projeto fundiário do Amapá prevê a instalação para 1981 de duas glebas situadas nos limites da área indígena, assim como uma terceira, denominada "Tumucumaque" que coincide com a área dos Waiãpi do alto Jari, e que foi programada em 1979 para arrecadação.

“floresta de rendimento” e será explorada por empresas de grande capital. A Floresta Nacional do Amapá com uma extensão de 1.568.000 hectares cobre, em sua parte sudoeste, terras efetivamente ocupadas pelos Waiápi. A depredação em grande escala das florestas — tanto na área indígena como na sua periferia — constitui uma séria ameaça para os índios que, através de modalidades próprias de relacionamento com o meio, preservaram até hoje a integridade destas matas das quais inteiramente dependem para a sua subsistência.

GARIMPOS

Por se tratar de uma região riquíssima em minérios (cassiterita, tantalita e especialmente ouro), a área Waiápi atraiu garimpeiros desde 1930. Nos últimos dez anos ocorreu uma recrudescência desta atividade e a presença da FUNAI foi ineficiente para conter a intensificação das invasões nas áreas habitadas pelos índios, como também em amenizar os efeitos negativos que o contato entre índios e garimpeiros acarretava, por exemplo, as epidemias de gripe que entre 1973 e 1977 causaram várias mortes.

São as seguintes as áreas atualmente invadidas pelos garimpeiros :

- no rio Cuc — garimpo de ouro permanente, operando no curso baixo do rio, com campo de pouso;
- divisor de águas Aimã-Nipuku — antigo garimpo de ouro “Três Pedacos”, operando de modo intermitente e próximo às aldeias dos Waiápi do Nipuku e Pairary. Em 1976, 40 garimpeiros foram expulsos pela Polícia Federal, ação que provocou graves incidentes com funcionários do Posto Indígena. O garimpo continua ativado, como foi verificado em abril de 1980;
- rio Aroã — garimpo de ouro, funcionando desde 1970 de maneira intermitente no lugar denominado “Côco”, perto da aldeia do igarapé Karamomo. Em 1975, incidente com os in-

vasores obrigou os Waiãpi a abandonarem o local. Em 1978, funcionários do PI, acompanhados pela Polícia Federal, expulsaram os garimpeiros. Entretanto, neste caso também, o garimpo voltou a ser ativado no início deste ano;

— no curso alto do Nipuku e de seu formador Etonnéwaka funciona um importante garimpo de tantalita, explorando também ouro e columbita. Trata-se da “Mineração Monte Negro Ltda.”, que funciona na área desde 1978 com campo de pouso, operando com um vôo diário para a retirada do minério, através de sofisticados equipamentos técnicos. A lavagem de uma grande quantidade de minério polui a água do rio, situação esta agravada pelo uso de produtos químicos (conforme informações dos funcionários do Posto Indígena) e que provocaram a intoxicação dos Waiãpi da aldeia Nipuku, causando a morte de um adulto em 1979.

Considerando a situação acima descrita sobre invasão da área Waiãpi em vários pontos, da devastação ecológica em curso ou prevista nas suas fronteiras, torna-se necessário que uma série de medidas de proteção devam ser colocadas em prática pelos órgãos responsáveis a fim de preservar a sobrevivência do grupo indígena.

Estas diretrizes básicas, enumeradas a seguir, são medidas prioritárias de ação que vem sendo apresentadas à FUNAI desde 1974 por sertanistas e antropólogos, e que foram somente em parte concretizadas :

1. Estabelecimento de uma política eficiente de fiscalização na interseção da Perimetral Norte e da área indígena, antes, durante e após a eventual reabertura dos trabalhos de construção desta rodovia, a fim de impedir a penetração das terras ocupadas pelos índios. Torna-se necessário também um estudo das possibilidades de mudança do traçado da estrada, considerando-se que o atual traçado cortará além da área Waiãpi, o Parque Indígena Tumucumaque⁽¹⁸⁾;

(18) — Ver análise dessa previsão em Velthem, 1980 : 25-26.

2. Preservação ecológica da área, tornando urgentes entendimentos com o IBDF, a fim de evitar a depredação das matas dentro e nas fronteiras imediatas do território indígena;
3. Retirada definitiva dos garimpos situados dentro da área indígena;
4. Atendimento sanitário correto de todas as comunidades locais, especialmente das mais distantes do P.I., como o Nipuku, onde deve ser implantado um subposto com alocação de recursos e da infraestrutura necessários;
5. Incentivos e apoio às iniciativas de retorno dos Waiápi às áreas tradicionais abandonadas temporariamente devido aos atritos com invasores, medida esta que possibilitará aos índios efetivar eles mesmos a fiscalização de suas terras. O retorno regular em zonas de ocupação tradicional constitui uma característica do sistema adaptativo deste grupo indígena; por exemplo, a reocupação da zona do Aroã poria fim a inadequada concentração do P.I. Amapari, solução que foi impedida até agora por razões de segurança devido a presença de garimpeiros naquela região. No caso do alto rio Jari, a comunidade atualmente instalada em Molokopote regularmente retorna a seus assentamentos do rio Cuc, devendo-se por isso acertar uma solução que lhe garanta a posse dessa área tradicional.

Está claro que todas estas medidas seriam insuficientes como ineficientes sem a demarcação da área indígena, medida mínima de proteção, que possibilitará legalmente aos índios a garantia permanente de acesso à posse e uso de suas terras. Esta demarcação, conforme o histórico apresentado em apêndice, foi prorrogada várias vezes.

A demarcação da área deveria ser efetivada em base de critérios favoráveis aos índios, levando-se em consideração o tipo específico de ocupação espacial do grupo e suas necessidades a longo prazo e que, resumidamente, deveriam abranger os seguintes pontos :

1. Respeito os direitos históricos dos Waiápi sobre suas terras, devendo ser incluídas zonas de ocupação atual e tra-

dicional, e os sítios de caráter místico e religioso, conforme documentação e informações citadas na segunda parte deste trabalho;

2. Preservação de uma área única e não de zonas descontínuas, respeitando-se deste modo as características sócio-culturais de uso da terra, pela inclusão das áreas de perambulação entre os centros de habitação, as zonas de caça, pesca e coleta, e que permitem o uso alternado de recursos naturais, ao mesmo tempo que são imprescindíveis para os relacionamentos entre grupos locais, conforme análise da terceira parte do presente artigo;

3. Delimitação da área por linhas naturais, isto é, seguindo rios e igarapés, incluindo-se as cabeceiras dos mesmos, facilitando-se assim a demarcação e, sobretudo, garantindo-se a proteção ecológica da região, e através dela a integridade física do grupo indígena.

APÊNDICE

HISTÓRICO DAS PROPOSTAS DE DEMARCAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA WAIÁPI

A questão de uma reserva destinada aos Waiápi começou a ser discutida dois anos após a instalação da FUNAI na área do rio Amapari. Desde esta época uma série de propostas e de projetos foram encaminhados à FUNAI, todos visando o acerto de uma delimitação da área ao mesmo tempo que justificavam a urgência em demarcar o território indígena. Entretanto, os índios continuam aguardando até hoje a prometida solução para proteger suas terras contra as ameaças e as invasões acima descritas, que se tornam cada vez mais difíceis de serem contornadas.

Os diferentes projetos citados neste apêndice foram todos engavetados pelo órgão responsável, e entre cada proposta foi necessário recomeçar o lento processo burocrático,

incluindo a demarcação desta área na programação da FUNAI, conforme cronogramas que nunca chegaram a serem respeitados.

A primeira e única medida de proteção legal para a área indígena resultou na interdição para fins de pacificação de três porções do território ocupado pelos Waiápi, pelo decreto nº 74.172, de 10.06.74. Mas o cálculo de coordenadas das áreas delimitadas por este decreto encontra-se errado, e após a plotação na carta planimétrica do RADAM as três áreas indicadas tornaram-se obsoletas por não corresponderem à realidade geográfica do território indígena. Além disso, a interdição dessas áreas descontínuas não respeitava as trilhas percorridas para atividade de subsistência do grupo, nem as zonas utilizadas para movimentos sazonais e para perambulação entre as comunidades locais.

A partir deste primeiro decreto, uma série de alternativas foram propostas, conforme o seguinte histórico :

1. Em 1976, o antropólogo Alan Campbell elaborou uma primeira proposta de reserva, fundamentando-se na descrição detalhada das áreas de ocupação indígena, respectivamente Aroã, Mariry, Aimã, Massiwa, Nipuku e Onça. Classificava-as segundo o grau de utilização (zonas habitadas, zonas de reserva e zonas recentemente abandonadas). Preconizava a demarcação da totalidade dessas áreas sob a forma de uma reserva contínua e propunha também outras alternativas para 1976). Este projeto de fato coloca-se numa situação específica ao período 1975-1976, quando a sobrevivência física dos Waiápi encontrava-se seriamente ameaçada pela construção da estrada Perimetral, então em andamento.
2. No mesmo ano, o sertanista responsável pela área, Fiorello Parise, elaborou uma nova proposta. Conforme este projeto, os limites indicados não abrangiam a totalidade das áreas tradicionais (Aroã e Cuc) do grupo e somente 80% das áreas efetivamente usadas. Propunha a delimitação de duas áreas separadas, respectivamente ao norte (Nipuku) e ao sul (Tucunapi), com uma superfície total de 1.470 km² (Pa-

rise, 1976). Este projeto também se insere no contexto dos idos de 1975-76, quando a penetração da estrada em toda a área indígena requeria medidas urgentes, quando a invasão de garimpos havia rechaçado os índios de suas áreas (Aroã, Água Preta, Nipuku).

3. O mesmo sertanista elaborou mais recentemente outro projeto de reserva com a plotação de limites aproximativos, mas que englobam todas as áreas ocupadas e utilizadas pelos Waiãpi do Nipuku e Onça-Aroã, atingindo assim uma superfície de aproximadamente 5.000 km². A delimitação sugerida apresentava-se sob a forma de um meio círculo limitado a oeste pelo rio Nipuku.

4. Em junho de 1979, Dominique Gallois apresentou uma proposta de reserva que englobava a área indicada pelo projeto do sertanista acima referido, mas com delimitação das fronteiras por linhas naturais. Além disto englobava também, em continuidade à área do Nipuku, a região do rio Cuc. A superfície proposta cobria aproximadamente 7.000 km². Como as propostas anteriores, esta delimitação não incluía a área do alto rio Jari ocupada por Waiãpi originários do Cuc e, por esta razão, foi complementada com um documento referente a esta área específica ao mesmo tempo que solicitava, mais uma vez, a formação de um Grupo de Trabalho da FUNAI para efetuar a eleição da área indígena (Gallois 1979 a e b).

O sensível aumento na superfície da área a ser demarcada, como consta das sucessivas propostas acima, resulta de uma maior acuidade no conhecimento da situação da área Waiãpi e da agravação dos problemas que ocorriam nessa área. A ampliação da reserva se justifica, portanto, pelos seguintes motivos:

— a absoluta necessidade de preservar as áreas utilizadas para a perambulação e o trânsito entre as aldeias, zonas estas que não se encontravam incluídas nas primeiras delimitações da reserva;

— a contenção das ameaças que pesam sobre as terras dos índios, como a Perimetral Norte e a devastação prevista em zonas limítrofes (seja por contratos de risco para exploração da madeira, seja pela instalação de projetos minerais). O que implica na proteção ecológica da área indígena, proteção esta que somente será obtida através da preservação de uma área contínua.

5. Como nenhuma das propostas de demarcação apresentadas à FUNAI respeitava os requerimentos desta Fundação para a eleição e delimitação da área indígena (isto é formação de um grupo de trabalho e levantamentos especializados por um engenheiro agrimensor), mesmo se todas elas continham detalhamento e justificativas suficientes, um grupo de trabalho foi criado no início de 1980 (Portaria 677/E de 15.2.1980) para proceder a eleição da área Waiãpi. Conforme a previsão da FUNAI, esta área seria demarcada até o final do ano de 1980. Durante os meses de março e abril do mesmo ano, o Grupo de Trabalho efetuou os levantamentos necessários na área Waiãpi, apresentando os resultados em relatório datado de 17.06.1980. O objetivo inicial era o reconhecimento da área pleiteada pelos Waiãpi, assim como o levantamento de informações necessárias à demarcação de uma área contínua que incluía os centros do Onça-Aroã, Nipuku e eventualmente do alto rio Jari. De fato, o problema principal foi o acerto de uma solução para o pequeno grupo de Molokopote. A idéia inicial era que esta área deveria ser integrada ao Parque Indígena de Tumucumaque, considerando-se a proximidade geográfica e a utilização que os índios Wayãna do Paru fazem do rio Mapaoni, na confluência do qual se situa o Molokopote, para seus deslocamentos comerciais. *In loco*, constatou-se que as aspirações dos índios visavam a demarcação da área situada a leste de Molokopote, para que lhes fossem garantidas as terras situadas entre o rio Cuc, do qual se originam, e seu atual centro de ocupação. Estes Waiãpi de fato tencionam reestabelecer laços com os demais Waiãpi, considerando-se que não poderiam sobreviver indefinidamente num isolamento que ameaça

sua reprodução como grupo. Neste sentido, uma eventual reocupação do rio Cuc, mesmo sem abandonar Molokopote, viabilizaria contatos e alianças com os grupos locais da região do Amapari. A inclusão da área de Molokopote sob forma de área contínua ao território a ser demarcado para os demais Waiãpi determina importante aumento na superfície da área a ser reservada, chegando a um total de 9.650 km². Por esta razão, esta primeira proposta do Grupo de Trabalho não foi homologada pelo DGPI-FUNAI.

6. Em agosto de 1980, como alternativa, o Grupo de Trabalho propôs a imediata demarcação da área do Onça-Aroã e do Nipuku conforme a delimitação já estabelecida pelos trabalhos de eleição da área — isto significava voltar a propostas anteriores — enquanto que a fronteira oeste seria delimitada pelo rio Culari, que ocorre paralelamente ao rio Cuc, a fim de garantir aos Waiãpi esta porção do território tradicional e possibilitar a volta do grupo hoje instalado em Molokopote. Evidentemente, esta última alternativa se encontra totalmente condicionada ao acerto de uma solução para esse grupo ocidental, solução esta que se relaciona com a mudança dos limites do Parque Indígena de Tumucumaque, cuja previsão inclui a área do Mapaoni. (cf. Velthem, 1980:22-23).

Desde 1973, uma vasta documentação e análises detalhadas da situação na área Waiãpi vêm sendo encaminhadas à FUNAI, que deverá agora reincluir a demarcação dessa área na sua programação a fim de assegurar aos Waiãpi seu patrimônio territorial assim como a sua sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram nas diversas fases dos trabalhos ligados a questão da reserva Waiãpi. A Alan Campbell, Pierre e Françoise Grenand pelas informações sobre os Waiãpi. Agradeço especialmente a Adélia E. de Oliveira e a Lúcia Hussak Van Velthem pelo incentivo na publicação do texto. A Regina Muccillo

pelo apoio na fase final do trabalho. Sinceros agradecimentos a Paulo Noronha Serpa e a Olga H. Shimabukuru pela revisão do manuscrito.

SUMMARY

This report provides an insight into the actual situation of the Waiápi, a Tupi group living in the territory of Amapá and Northern Pará state, Brazil. It describes the historical occupation of the area by the Indians, and examines the different ways of the utilization of the tribal territory: social and economic aspects, data about the contacts with the outside world and invaders, especially the problem caused by the Perimetral North highway (BR 210) and by gold diggers. Finally it contains the various proposals regarding the demarcation of the Waiápi territory and recommendations in view of an urgent solution for this Indian area.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Braz Dias de

1943 — Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9, Rio de Janeiro. Anais. 182 p.

ARNAUD, Exedito

1971 — Os índios Oyampik e Emerillon (Rio Oiapoque): referências sobre o passado e o presente. Bol. Mus. Pa. Emilio Goeldi. Belém, n. ser. Antrop. 47, 28 p.

BAUVE, Adam & FERRÉ, P.

1833-1835 — Voyage dans l'intérieur de la Guyane. Bull. Soc. Geogr., Paris. 1 (126): 201-26; 1 (127/1): 265-83; 1 (127/2): 105-117; 165-78; (4): 21-40; 8-109.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM.

1974 — Levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro, v. 6.

BRUE.

1825 — Précis de la relation encore inédite d'un voyage chez les Oyampí à la source de la rivière Oyapock par Monster Bodin. Bull. Soc. Geogr., Paris 4 (1): 50-61.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo

1862 — Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura pelo Exm^o Senr. Presidente Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1^o de setembro de 1862. Pará, Typ. Frederico Carlos Rhossard. 91 p. il. tab. mapa.

1863 — Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1^o de novembro de 1863. Pará, Typ. Frederico Carlos Rhossard. 115 p.

CAMPBELL, Alan

1976 — Some suggestions towards an effective programme of control and protection of the Oyampi reserve, Amapá. Brasília, /ed/. 13 p.

COGNAT, André

1867 — J'ai choisi d'être indien. Paris, Flammarion. 250 p.

COUDREAU, Henri

1893 — Chez nos indiens. Paris, Hachette. 614 p.

DEVILLY

1850 — Aperçu de la situation des peuplades indiennes de la Guyane Française. *Revue colon*, Paris 5 (2): 45-56.

FARABEE, William

1917 — The Amazon expedition: The Tapajos. *Mus. J. Univ. Penn.*, Philadelphia 8 (2): 126-44.

FERNANDES, Eurico

1943 — Relatório apresentado à Diretoria do serviço de Proteção aos Índios e Chefe da 2^a Inspeção Regional. Belém, /s.ed/ 8 p.

FROIDEVAUX, Henri

1894 — Explorations françaises à l'intérieur de la Guyane pendant le second quart du XVIII^e siècle. *Bull. Hist. Descr.*, Paris. 9: 218-301.

GALLOIS, Dominique

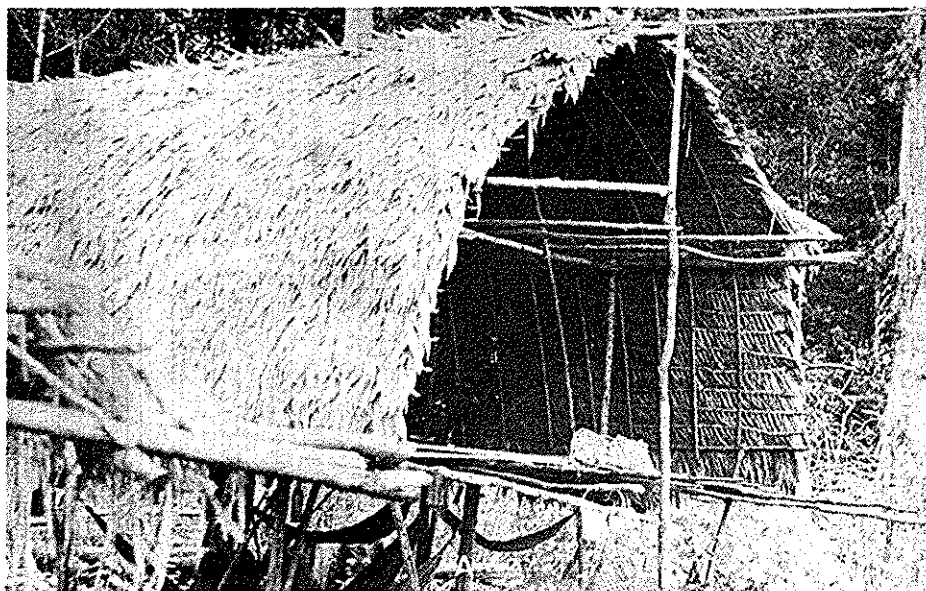
1979 — Reserva indígena Waiãpi: proposta. Brasília, /s.ed/ 17 p.

1980a — Relatório sobre a eleição da área indígena Waiãpi 17.6.80. Brasília, /s.ed/. 46 p.

1980b — Relatório complementar a eleição da área Waiãpi 20.8.80. Brasília, /s.ed/. 7 p.

- 1980c— **Contribuição ao estudo do povoamento indígena da Guiana Brasileira, um caso específico: os Waiápi.** São Paulo, /s.ed/. 286 p. (Dissertação de Mestrado).
- GRENAND, Pierre**
- 1972 — **Les relations intertribales en Haute Guyane: du XVIII^e siècle à nos jours.** Paris, Institut d'Ethnologie. Archives et Documents. Micro édition n^o 72 03135.
- 1975 — **Introduction à l'étude de l'univers Waiápi.** Paris, /s.dd/. 443 p.
- GRENAND Pierre & Françoise**
- 1979 — **Les amérindiens de Guyane Française aujourd' hui: éléments de compréhension.** J. Soc. Am. n. ser, Paris (66).
- HURAUULT, Jean Marcel**
- 1972 — **Français et indiens en Guyane. 1604.1972.** Paris, Union Générale d'Editions, 438 p. il. mapa (collection 10.18).
- NIMUENDAJU, Curt**
- 1972 — **Streifzug vom Rio Jary zum Maracá.** Pettermans Geogr. Mitt., Gotha. Goteborg., (73) : 356.58. il.
- PARISE, Fiorello**
- 1973 — **Relatório de reconhecimento da região do Amapari.** Belém. /s.ed/. 9 p.
- 1976 — **Proposta de reserva para os Uiapii: relatório de 12.12.1973.** Belém. /s.ed/. 4 p.
- TREBAULT, Frederic de la Monderie.**
- 1856 — **Voyages faits dans l'intérieur de l'Oyapock de 1819 à 1847.** Nantes, A. Guerand. 96 p. il.
- TONY, Claude**
- 1843 — **Voyage dans l'intérieur du continent de la Guyane.** Nouv. Annls. Voyag., Paris, 97 (414) : 213.35.
- VASCONCELLOS, Manoel de Frias**
- 1859 — **Falla dirigida à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XI Legislatura pelo Exm^o Sr. Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcellos Presidente da mesma Província em 1^o de outubro de 1859.** Pará, Typ. Commercial de A. J. R. Guimaraes. 74 p.
- VELTHEM, Lúcia Hussak van**
- 1980 — **O Parque Indígena de Tumucumaque.** Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. Belém, n. ser. Antrop. 76, 36 p. il.

(Aceito para publicação em 16/03/81)



Est. I: A — Casa tradicional dos Waiãpi (Igarapé Onça). A parte superior constitui-se na residência de uma família nuclear e a parte inferior pode ser ocasionalmente ocupada por parentes em visita à aldeia; B — Índios Waiãpi na Rodovia Perimetral Norte. Atualmente a estrada é o caminho mais utilizado nos deslocamentos entre as aldeias do Igarapé Onça, do rio Felício e do rio Nipuku.

GALLOIS, Dominique. Os Waiãpi e seu território. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia, Belém (80): 1-38. mai. 1981. il.

RESUMO: Informações históricas e etnográficas sobre os índios Waiãpi, abordando sucessivamente os seguintes temas: 1) localização e população Waiãpi; 2) histórico do grupo indígena e habitat tradicional; 3) a divisão em grupos locais autônomos e sua relação com a ocupação do território; 4) quadro das atividades econômicas dos Waiãpi; 5) descrição das principais ameaças à integridade do território tribal, destacando-se a estrada Perimetral Norte e a invasão de garimpos. Em conclusão, são enumeradas diretrizes fundamentais para a proteção desta área indígena. Em apêndice, encontra-se um histórico das propostas de reservas elaboradas para a área Waiãpi.

CDU 572.9(81)

CDD 572.981

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

t